

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 523.182 - PR (2019/0215988-7)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : FULVIO LUIS STADLER KAIPERS**  
**ADVOGADO : FÚLVIO LUÍS STADLER KAIPERS - PR027834**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**PACIENTE : PAULO ROBERTO DE MOURA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

## DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **PAULO ROBERTO DE MOURA** contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná** no Recurso em Sentido Estrito n. 1.716.631-7.

Depreende-se dos autos que o paciente foi pronunciado pela prática descrita no art. 121, § 2º, II, c.c. o art. 14, II, ambos do Código Penal (fls. 77-81).

Irresignada, a Defesa interpôs recurso em sentido estrito perante o eg. Tribunal de origem, o qual não foi provido, conforme v. acórdão de fls. 33-53 assim ementado:

*"RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO (POR DUAS VEZES) - ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA - NÃO ACOLHIMENTO - PRESENTES INDÍCIOS DE AUTORIA E PROVAS DA MATERIALIDADE DOS FATOS - LEGÍTIMA DEFESA NÃO COMPROVADA ESTREME DE DÚVIDAS - DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DE LESÃO CORPORAL CULPOSA - IMPOSSIBILIDADE - CONJUNTO PROBATÓRIO SINALIZA A EXISTÊNCIA DE ANIMUS NECANDI - EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA DO MOTIVO FÚTIL - INVIABILIDADE - FORTES INDÍCIOS DE SUA INCIDÊNCIA - RECURSO DESPROVIDO."*

No presente **mandamus**, o impetrante afirma, em síntese, que o v. aresto atacado é nulo, em razão de excesso de linguagem, pois teria exagerado na fundamentação, invadindo a competência do Júri, ferindo o princípio da soberania dos veredictos e da plenitude de defesa.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Alega, ainda, que, no presente caso, "*nem a denúncia, nem a decisão de pronúncia e muito menos o acórdão apontam apontaram o motivo que levou o agente a cometer o crime, razão por que não pode incidir a qualificadora da futilidade. Deve se ter em mente que não se pode confundir motivo fútil com falta ou desconhecimento do motivo, sob pena de configurar a ilegalidade*" (fl. 27).

Requer, assim, liminarmente, a suspensão dos efeitos do v. acórdão. No mérito, pugna seja a ordem concedida para cassar o julgado, notadamente na parte relativa ao reconhecimento da qualificadora por motivo fútil. Alternativamente, que seja declarado nulo o julgamento, devendo outro ser proferido sem excesso de linguagem e com afastamento da qualificadora mencionada.

O pedido liminar foi **indeferido** pela Presidência às fls. 180-181.

Informações prestadas às fls. 184-186.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 191-195, pela denegação da ordem, conforme parecer ementado nos seguintes termos:

*"HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TENTATIVA. ARGUIÇÃO DE NULIDADE. SUPOSTO EXCESSO DE LINGUAGEM. NÃO OCORRÊNCIA. OBSERVÂNCIA DO ART. 413, CAPUT E § 1º, DO CPP. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO DA QUALIFICADORA MOTIVO FÚTIL. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. Parecer pela denegação da ordem."*

**É o relatório.**

**Decido.**

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar

# Superior Tribunal de Justiça

constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Assim, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso especial.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, contudo, necessário o exame da insurgência.

A Defesa objetiva a anulação do v. acórdão reprochado alegando **a)** excesso de linguagem na r. decisão de pronúncia proferida pelo d. Juízo de origem, ratificada em segunda instância, e **b)** ausência de fundamentação para a incidência da qualificadora por motivo fútil.

Pois bem.

Em que pesem os judiciosos fundamentos defensivos, **razão não assiste ao impetrante.**

Para melhor compreensão da **quaestio**, insta transcrever como foi consignado o v. acórdão fustigado, **verbis** (fls. 36-53 - grifei):

*"Cuida a espécie de Recurso em Sentido Estrito interposto contra a decisão de mov. 194.1, prolatada nos autos de Ação Penal nº 0018560-93.2015.8.16.0017, a qual pronunciou Paulo Roberto de Moura pela prática dos crimes previstos no 121, §2º, inciso II, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, contra as vítimas Diego Fernando Oliveira Ferreira da Silva e Maicon Elias Silvestre Oliveira.*

*Postula a Defesa pela absolvição sumária, ao argumento de que o Acusado agiu amparado pela excludente de ilicitude da legítima defesa própria e de terceiros, 'uma vez que o Réu e seus colegas foram ameaçados e agredidos, e uma vez agredidos não viu o Réu outra alternativa senão se utilizar dos meios necessários para repelir as agressões injustas por si suportadas e provocadas pela vítima DIEGO'.*

*Conforme consta do caderno processual, a materialidade e autoria delitiva restaram comprovadas pelo Boletim de Ocorrência (mov. 6.2), Auto de Exibição e Apreensão (mov. 6.8), Laudo de Lesões Corporais (mov. 6.27), Laudo de Sanidade Física (mov. 6.43), bem como pela prova oral colacionada aos autos, não merecendo maiores digressões.*

*No que se refere à legítima defesa, ressalta-se que para que se*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*caracterize esta excludente de ilicitude, deve haver injusta agressão, atual ou iminente, segundo especifica o artigo 25 do Código Penal. Ademais, deve-se usar moderadamente dos meios necessários para se repelir essa injusta agressão.*

*(...)*

*Ainda, nas imagens registradas pelas câmeras de segurança, o Recorrente já aparece com a arma de fogo apontada para as vítimas, antes mesmo de se aproximar delas (mov. 152.36).*

*Isto posto, verifica-se que, até o presente momento, o conjunto probatório não se mostrou apto a preencher estreme de dúvidas aludidos requisitos legais.*

*Sendo assim, tal tese defensiva deve ser deixada para análise pelo Conselho de Sentença, que tem competência constitucional para julgar crimes contra a vida (artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea d, da Constituição Federal).*

*(...)*

*Portanto, rejeito o pleito de absolvição sumária.*

*De forma subsidiária, pugna a Defesa pela desclassificação para o delito de lesão corporal culposa (artigo 129, §6º, do Código Penal), sustentando a ausência de animus necandi ou laedendi, bem como que o disparo foi acidental. **Outrossim, requer a exclusão da qualificadora do motivo fútil, tendo em vista 'as agressões físicas praticadas pela vítima, bem como as ameaças de morte proferidas contra o Réu e seus colegas e a afirmação de que estaria portando uma arma de fogo'.***

*Quanto ao pedido de desclassificação, considerando as circunstâncias em que ocorreram os fatos, atestadas pelas câmeras de segurança, bem como pela prova oral acima analisada, conclui-se, até o presente momento, pela extrapolação dos limites da mera agressão física.*

*Desse modo, se a prova produzida não afasta categoricamente o animus necandi, pertinente é remeter o exame da tese defensiva ao Júri Popular, já que ao plenário compete a inteireza da Acusação, consoante estabelece o artigo 5º, inciso XXXVIII, da Constituição Federal.*

*(...)*

*No tocante ao pleito de afastamento da qualificadora prevista no inciso II, § 2º, do artigo 121, do Código Penal, entendo que também não merece prosperar. Em tese, o Recorrente tomou para si uma discussão envolvendo seus amigos William Ruiz Dalmasi e Douglas Rodrigues Monteiro e a vítima Diego Fernando Oliveira Ferreira da Silva, muniu-se com arma de fogo e disparou contra ela e o ofendido Maicon Elias Silvestre Oliveira, evidenciando a desproporcionalidade em sua conduta.*

*Logo, tendo em vista que a imputação por referida qualificadora não se mostra totalmente despropositada, esta deve ser mantida, pois nesta fase processual só pode ser afastada se claramente improcedente.*

*(...)*

*Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO ao Recurso.**"*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Como visto, a tese apresentada neste **mandamus** acerca da ocorrência de excesso de linguagem na r. decisão de pronúncia do acusado não foi aventada perante a eg. Corte local, e tal fato inviabiliza o prematuro exame da matéria por este Superior Tribunal de Justiça, sob pena de **indevida supressão de instância**.

Assim, como o eg. Tribunal **a quo** não se manifestou sobre o assunto no v. acórdão impugnado, configura-se o óbice ao conhecimento da presente impetração por esta Corte no ponto, ante a ausência de sua competência (art. 105, I e II, da CF/1988; art. 13, I e II, do RISTJ).

Veja-se o entendimento das Turmas que compõem a Terceira Seção desta eg. Corte de Justiça, **in verbis**:

*"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RENÚNCIA DO ADVOGADO CONSTITUÍDO. INTIMAÇÃO PRÉVIA DO RÉU. AUSÊNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. CERTIDÕES CARTORÁRIAS SUCESSIVAS E DIVERGENTES QUANTO AO DESEJO DE RECORRER PELO RÉU. PRECLUSÃO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. EXTEMPORANEIDADE. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. SESSÃO DE JULGAMENTO. RÉU REVEL. CITAÇÃO POR EDITAL. IMPRESCINDIBILIDADE. NULIDADE RECONHECIDA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

[...]

**2. O tema concernente à inexistência de prévia intimação do réu quanto à renúncia pelo advogado constituído do mandato a si outorgado, não foi analisado pela Corte de origem, não podendo, por tais razões, ser examinado diretamente por este Tribunal, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...]" (HC n. 374.752/MT, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 17/02/2017, grifei).

*"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. NULIDADE DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA NOS AUTOS DE DOCUMENTAÇÃO REPUTADA INDISPENSÁVEL PELA DEFESA. MATÉRIA NÃO*

# *Superior Tribunal de Justiça*

APRECIADA NO WRIT IMPETRADO NA ORIGEM. MANDAMUS SUBSTITUTIVO DE APELAÇÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. COAÇÃO ILEGAL INEXISTENTE.

*1. A alegada nulidade da ação penal em razão de não constar nos autos documentação reputada indispensável pela defesa não foi apreciada pelo Tribunal de origem, circunstância que impede qualquer manifestação deste Sodalício sobre o tópico, sob pena de se configurar a prestação jurisdicional em indevida supressão de instância.*

[...]

5. Habeas corpus não conhecido" (HC n. 367.864/MT, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 22/02/2017, grifei)

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. DESCAMINHO, FORMAÇÃO DE QUADRILHA, FALSIDADE IDEOLÓGICA E SONEGAÇÃO FISCAL. INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL ANTES DO LANÇAMENTO DEFINITIVO DOS TRIBUTOS. NULIDADE. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. EMPREGO DO WRIT. COISA JULGADA. REASCENDER TESES. AMOFINAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA. INVIABILIDADE. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO DESPROVIDO.

*1. No seio de habeas corpus, não é possível conhecer de temas não tratados na origem, sob pena de supressão de instância.*

[...]

4. Agravo regimental desprovido" (AgRg no HC n. 400.382/RS, **Sexta Turma**, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 23/06/2017, grifei).

Igualmente, se manifesta o col. Supremo Tribunal Federal:

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS CONTRA ATO DE MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO DO WRIT. ANÁLISE DE FATOS E PROVAS.

*1. Inexistindo pronunciamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça, não compete ao Supremo Tribunal Federal examinar a questão de direito implicada na impetração. Hipótese, portanto, de habeas corpus em*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*substituição ao agravo regimental.*

2. A jurisprudência desta Corte também não admite a utilização do habeas corpus em substituição à ação de revisão criminal (v.g, RHC 119.605-AgR, Rel. Min. Luís Roberto Barroso; HC 111.412-AgR, Rel. Min. Luiz Fux; RHC 114.890, Rel. Min. Dias Toffoli; HC 116.827-MC, Rel. Min. Teori Zavascki; RHC 116.204, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Cármen Lúcia; e RHC 115.983, Rel. Min. Ricardo Lewandowski).

3. Constitui ônus do impetrante instruir a petição do habeas corpus com as peças necessárias ao exame da pretensão nela deduzida (HC 95.434, Relator o Min. Ricardo Lewandowski; HC 116.523, Rel. Min. Dias Toffoli; HC 100.994, Rel. Min. Ellen Gracie; HC 94.219, Rel. Min. Ricardo Lewandowski).

4. O acolhimento da pretensão defensiva – reconhecimento da “nulidade das provas que levaram a condenação do Paciente, diante da ilegalidade da BUSCA E APREENSÃO ILEGAL que as originou” – passa, necessariamente, pelo revolvimento de matéria fática, inviável na via processualmente restrita do habeas corpus.

5. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgR no HC n. 130.240/RJ, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Roberto Barroso**, DJe de 16/12/2015, grifei).

Outrossim, no tocante ao pleito de exclusão da qualificadora por motivo fútil, **melhor sorte não assiste ao impetrante.**

Conforme entendimento firmado no âmbito desta Corte Superior de Justiça, referidas circunstâncias somente podem ser excluídas na primeira fase do procedimento dos crimes de competência do Tribunal do Júri se forem **manifestamente improcedentes.**

Nesse sentido:

**"PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. EXCESSO DE LINGUAGEM. NÃO OCORRÊNCIA. MOTIVO FÚTIL. USO DE MEIO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DO OFENDIDO. EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. [...]**

5. No caso, as instâncias ordinárias afirmaram que há elementos probatórios a indicar que o crime foi cometido por

# Superior Tribunal de Justiça

*motivo fútil pois decorrente de dívida no valor de R\$ 40,00 realizada pela vítima para aquisição de pedras de crack e com recurso que dificultou a defesa do ofendido já que, após emprego de soco e locomoção da vítima para lugar diverso daquele onde empreendido o ato de violência, em superioridade numérica, teria desferido ao menos um golpe com pedaço de madeira na cabeça da vítima, causa de sua morte. Não sendo manifestamente improcedentes a incidência das qualificadoras, inviável sua exclusão por esta Corte, por ser da competência do Tribunal do Júri sua apreciação.*

**6. Habeas corpus não conhecido**" (HC 410.148/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 11/10/2017, grifei).

*"PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO. NÃO CABIMENTO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. DEFERIMENTO DO REQUERIMENTO MINISTERIAL PARA PROSSEGUIMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS SEM OPORTUNIZAR O CONTRADITÓRIO. AUSÊNCIA DE EFEITO SUSPENSIVO NOS RECURSOS EXCEPCIONAIS. DESNECESSÁRIA MANIFESTAÇÃO ACERCA DO PROSSEGUIMENTO DO FEITO. EXCESSO DE LINGUAGEM NA DECISÃO DE PRONÚNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*[...]*

**4. A sentença de pronúncia só deverá afastar a qualificadora do crime de homicídio se completamente dissonante das provas carreadas aos autos. Isso porque, o referido momento processual deve limitar-se a um juízo de admissibilidade em que se examina a presença de indícios de autoria, afastando-se, assim, eventual usurpação de competência do Tribunal do Júri e de risco de julgamento antecipado do mérito da causa.**

**5. Habeas Corpus não conhecido**" (HC 360.541/PE, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe 19/12/2016, grifei).

Repita-se que, por vigorar nesta fase o princípio **in dubio pro societate**, somente é autorizado ao julgador afastar as qualificadoras caso não tenha qualquer dúvida sobre a sua não configuração. Vale dizer, não havendo certeza, a questão - referente à incidência ou não da qualificadora - deve ser



# *Superior Tribunal de Justiça*

dirimida pelo Conselho de Sentença.

No caso, o eg. Tribunal estadual entendeu que o ora paciente "*tomou para si uma discussão envolvendo seus amigos*" (fl. 52), munindo-se de arma de fogo e disparando contra a vítima e o ofendido, "*evidenciando a desproporcionalidade em sua conduta*" (fl. 52), não se demonstrando despropositada ou claramente improcedente a incidência da qualificadora por motivo fútil.

Destarte, verifica-se que a eg. Corte de origem apontou indícios concretos que justificam a manutenção da qualificadora respectiva, de forma que o v. acórdão impugnado está em consonância com a jurisprudência firmada neste Tribunal Superior e não padece de qualquer ilegalidade.

Não se verifica, portanto, qualquer ilegalidade a coartar na presente via.

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus.**

P. I.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
Relator